

BOLETIM DE

# ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 02 - Nº 21 - DEZEMBRO 2017



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

**GOLPE CONTRA O ESTADO**

**INTERNACIONAL**

**POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA**

**SOCIAL**

**ECONOMIA**

**TERRITORIAL**

**COMUNICAÇÃO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS**



# APRESENTAÇÃO

A edição de dezembro do **Boletim de Análise da Conjuntura** da Fundação Perseu Abramo faz uma retrospectiva de 2017. A seção **Golpe contra o Estado** mostra por que este ano será provavelmente lembrado no futuro como o das privatizações e das desnacionalizações, tendo o país experimentado o mais acelerado processo de vendas e negociações do patrimônio brasileiro para os capitais privado e estrangeiro em setores fundamentais e estratégicos, o que compromete em grande medida a soberania nacional e a capacidade de impulsionar políticas de desenvolvimento.

A parte **Internacional** resgata os principais fatos políticos ocorridos ao longo dos meses e evidencia que o mundo atravessa um período de grandes instabilidades.

No tema de **Política e Opinião Pública**, destacam-se a Reforma Trabalhista, que trouxe o desmonte da CLT e já passa por alterações por meio de emendas ou MPs. A Reforma Política aprovada sem a devida discussão, em outubro, e MPs que perdoam dívidas de grupos empresariais e demonstram para quem os golpistas governam. Somado à isso, o governo agonizou mergulhado em escândalos de corrupção.

No capítulo **Social**, registram-se enormes perdas tanto no campo da política social quanto no mercado de trabalho, seja pelo desmonte de políticas (por meio do fim de diversas políticas ou da redução aguda do financiamento delas), seja pela adoção de novas regulamentações que prejudicam os trabalhadores e os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira.

Em **Economia**, o ano termina da mesma forma que começou: com os analistas de mercado alinhados às autoridades econômicas do governo Temer anunciando que nos próximos meses tudo vai melhorar. Previsões e equívocos à parte, o fato é que a economia brasileira andou de lado e deve registrar uma oscilação positiva do PIB muito próxima da taxa de crescimento da população, o que significa que a renda per capita tende a ficar estacionada em um patamar quase 10% abaixo do que era em 2014.

Na análise **Territorial**, o boletim destaca que o período pós-golpe foi caracterizado por um conjunto de medidas que representaram retrocesso para a política agrária e rural brasileira. Essas mudanças se manifestaram pela movimentação da bancada ruralista do Congresso Nacional por meio de um conjunto de instrumentos (medidas provisórias, decretos e projetos de lei) que visam favorecer o agronegócio e os grandes proprietários de terra.

Na seção de **Comunicação**, analisa-se o comportamento dos grandes grupos de comunicação em 2017, que se dedicaram a proteger o governo golpista atingido por denúncias de corrupção, fizeram propaganda enganosa sobre o pífio resultado da economia e em troca foram contemplados com aumento da verba publicitária federal. Também trata dos principais fatos que mobilizaram as redes sociais e da cobertura feita por veículos internacionais sobre temas da política brasileira, que vem perdendo espaço.

Por último, na parte de **Movimentos Sociais**, a opinião pública e a capacidade estratégica de lidar com uma democracia falida indicam a impressão geral sobre 2017. Aqueles que conseguiram resistir e vislumbrar um horizonte da construção de um projeto para o Brasil deram o tom das mobilizações neste ano. Dessa forma, cresce na sociedade a defesa pela construção de um modelo de Estado capaz de mudar o Brasil de novo.





# GOLPE CONTRA O ESTADO

*A seção Golpe contra o Estado mostra por que este ano será provavelmente lembrado no futuro como o das privatizações e das desnacionalizações, tendo o país experimentado o mais acelerado processo de vendas e negociações do patrimônio brasileiro para os capitais privado e estrangeiro em setores fundamentais e estratégicos, o que compromete em grande medida a soberania nacional e a capacidade de impulsionar políticas de desenvolvimento*



## PRIVATIZAÇÕES E DESNACIONALIZAÇÕES TEMERÁRIAS

Do ponto de vista da estrutura do Estado e do sistema de empresas estatais, o ano de 2017 talvez possa ser lembrado no futuro como o ano das privatizações e das desnacionalizações. Em uma retrospectiva, é difícil encontrar um setor econômico com protagonismo do Estado que o governo Temer não tenha buscado desmontar. Isso ocorreu com os grandes bancos públicos federais, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. E ainda com as grandes empresas estatais do setor de energia e petróleo, Eletrobras e Petrobras.

Mas o processo não foi menos dramático em setores como os de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, estradas, estrutura logística, terminais de cargas, saneamento, mobilidade urbana, resíduos, iluminação pública, entre outros. Em 2017, o governo Temer não abriu mão de tentar tocar todos os espaços onde houvesse o indício de existência de alguma empresa pública, financeira ou produtiva. Fazemos o quadro geral em retrospecto.

No sistema nacional de empresas estatais financeiras, Banco do Brasil e Caixa passaram a cobrar

juros mais altos em algumas linhas de crédito. Entre os cinco maiores bancos do país, o Banco do Brasil teve o maior juro no financiamento de veículos, enquanto a Caixa operou a segunda maior taxa no rotativo do cartão de crédito. A função pública desses bancos foi substituída pela lógica da gestão privada.

Além disso, o Banco do Brasil anunciou uma reestruturação envolvendo a demissão de cerca de dezoito mil funcionários, o fechamento de cerca de 402 agências, a transformação de 379 agências em postos de atendimento, além do encerramento das atividades de 31 superintendências.

A Caixa, por seu turno, estabeleceu como meta demitir em torno de onze mil funcionários com o encerramento das atividades em cerca de cem agências, além de ter realizado estudos para viabilizar em 2017 a abertura de capitais da empresa. O programa Minha Casa, Minha Vida sofreu uma redução de 9% em 2017.

O BNDES, por fim, passou por uma descapitalização antecipando 100 bilhões de reais ao Tesouro,

além disso o banco converteu o financiamento de grandes empresas em linhas de crédito para pequenas e médias empresas, e mais ainda: o governo converteu a taxa de juros de longo prazo (TJLP) em uma taxa normal de juros de mercado (TLP). A prioridade do financiamento de longo prazo e do investimento industrial foi paulatinamente sendo substituída pela priorização da operacionalização das privatizações e concessões, ambas com forte caráter desnacionalizante.

No sistema nacional de empresas estatais produtivas o desmonte tem sido ainda mais intenso. No setor de petróleo e gás, o atual governo patrocinou a retirada da Petrobras das áreas de petroquímicos, biocombustíveis, refinarias, além de diminuir o papel da empresa na exploração e produção do pré-sal e encolher ao máximo a política de conteúdo local.

Houve ainda a realização da terceira e da quarta rodadas de venda de campos do pré-sal pelo regime de partilha, além do indicativo para a realização da quinta rodada de licitações para os campos maduros e da décima quinta rodada de vendas de blocos de exploração e produção de petróleo e gás.

Em energia elétrica o governo trabalhou em estudos para a privatização das seis distribuidoras da Eletrobras (Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima), cuja soma da receita estimada atinge cerca de 10,8 bilhões de reais. Além disso, sinalizou para o desmonte do Sistema Eletrobras, que, se ocorrer, deve começar com a venda da usina hidrelétrica de Jaguará e o leilão de onze lotes de linhas de transmissão.

Em rodovias, o governo preparou a licitação de três novos conjuntos de estradas: BR-364 e 365, entre Minas Gerais e Goiás, a BR-101, em Santa Catarina, as BRs-101, 290, 386 e 448, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. De forma concomitante o governo iniciou processo de relicitação da Via Dutra (que liga São Paulo e Rio de Janeiro), da Concer (que liga Rio de Janeiro a Juiz de Fora) e da CRT (no Rio de Janeiro) e anunciou para 2018 o leilão da BR-153 entre Anápolis (GO) e Palmas (TO) e da BR-364 entre Comodoro (MT) e Vilhena (RO).

Em ferrovias, o governo trabalhou na reconfigu-

ração dos cinco contratos existentes, com a MRS Logística, Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Estrada de Ferro Carajás, Vitória-Minas e Malha Paulista. Há ainda a previsão da realização de leilões para os trechos de Porto Natal (TO) e Estrela D'Oeste da Ferrovia Norte-Sul (SP). Ao todo essas ferrovias representam mais de 90% do fluxo total de cargas ferroviárias do país. No setor portuário o governo abriu o debate sobre a privatização das companhias docas, iniciando pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

No setor aéreo teremos a privatização de dezoito unidades dos aeroportos de Congonhas (SP), Vitória (ES), Macaé (RJ), Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB), Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE), Cuiabá (MT), Sinop (MT), Alta Floresta, Rondonópolis (MT) e Barra das Garças (MT), além disso haverá a venda da participação acionária de 49% da operação da Infraero em quatro aeroportos: Guarulhos (SP), Galeão (RJ), Brasília (DF) e Confins (MG).

No setor logístico e de terminais há um calendário de leilões previsto para todo o ano de 2018, com a venda de catorze terminais: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), três terminais de gás liquefeito de petróleo (GLP), cinco terminais de granéis líquidos em Belém (PA), três terminais de grãos em Paranaguá (PR), um terminal de granéis líquidos em Vila do Conde (PA), um terminal de granel líquido em Vitória (ES), além da antecipação de leilões para o terminal de fertilizantes de Itaqui (MA) e da autorização de estudos para a venda do terminal Agrovia do Nordeste em Suape (PE).

No setor de águas, em 2017, o governo Temer começou a empreender o maior programa de privatização de que se tem notícias. A priorização da segurança e autossuficiência hídricas, bem como da universalização do acesso à água e saneamento, foram substituídas pela priorização da atração de capitais privados, nacionais e internacionais, e pela conversão desse bem comum em *commodity*. A transformação da água em mercadoria encontra-se em três frentes do atual governo: na pressão para a privatização das companhias estaduais de água e esgoto; na insinuação de venda dos principais aquíferos brasileiros; e na mudança dos marcos regulatórios do setor.

Mais ainda, com o objetivo de acelerar concessões e PPPs em estados e cidades, o Ministério do Planejamento criou um fundo que será gerido pela Caixa e que deverá mobilizar cerca de 100 milhões de reais para apoiar a contratação de projetos de modelagem econômico-financeira para entes federativos que desejem privatizar as áreas de saneamento, mobilidade urbana, resíduos e iluminação pública.

Na lista de privatizações apresentadas pelo governo em 2017 há ainda a indicação de uma parceria público-privada (PPP) para a Rede de Comunicações Integradas do Comando da Aeronáutica (Comaer) e a desestatização da Lotex, da Casa da Moeda, da Companhia Silos e Armazéns e do Cea-sa, ambos de Minas Gerais.

Por fim, ainda este ano, o governo articulou a construção de uma agenda de reformas microeconômicas do Estado que também precisa ser observada com atenção. Ela se iniciou com a implementação da Lei de Responsabilidade das Estatais, sancionada em junho de 2016, e avançou com a mudança nos marcos regulatórios da operação do pré-sal, sancionada em outubro de 2016.

Em função da crise política intensificada depois da delação preventiva da J&F e em decorrência da concentração das forças governistas na aprovação da Reforma Trabalhista em 2017, a agenda de mudanças nas estruturas estatais permaneceu em certa suspensão, mas ela deve ser retomada de forma mais contundente no próximo ano.

Nesse escopo merecem observação atenta em 2018:

- a proposta de criação de uma lei geral das agências reguladoras visando aumentar a autonomia decisória e orçamentária desses órgãos, o que, na prática, pode significar maior poder de pressão das forças do mercado sobre os marcos regulatórios do Estado;
- a criação de uma nova legislação de licitação em substituição à lei 8666/93, o que pode significar um maior laxismo nas contratações da iniciativa privada;
- a mudança no regime de contratação das concessões das empresas de telecomunicações, abrindo o setor para o capital internacional;

- o projeto que busca acabar com restrições ao capital externo nas companhias aéreas, desnacionalizando um setor estratégico;

- a flexibilização da lei que proíbe a venda de terras nacionais para estrangeiros, afrontando a soberania nacional;

- a criação de critérios para indicação de diretores dos fundos de pensão, privilegiando quem tem trajetória profissional no mercado financeiro e de capitais;

- a formulação de um projeto de lei que assegure o socorro estatal e estatização de dívidas privadas em casos de falências e recuperação judicial para as empresas;

- a flexibilização das regras de licenciamento ambiental para obras de infraestrutura, podendo significar uma intensificação de formas predatórias do uso meio ambiente;

- a aceleração de uma Medida Provisória em curso que busca criar uma nova agência reguladora para o setor de mineração, visando aproximar as decisões do Estado dos interesses do mercado; a elaboração de uma Medida Provisória mudando o sistema de cotas para usinas hidrelétricas, alterando o sistema de comercialização da energia de Itaipu de modo a ampliar a presença do mercado livre.

Infelizmente, em 2017, o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do governo federal conseguiu formular e implementar aquele que talvez seja o maior Plano de Metas às Avessas da história econômica do país, destruíram décadas em apenas um ano. O projeto de desmonte do Estado ora em curso fere de maneira muito intensa o poder de atuação do Estado e, com isso, diminui sobremaneira os instrumentos necessários para nossa recuperação econômica no futuro. Tal quadro talvez nos imponha a necessidade de refletirmos estrategicamente sobre qual é o Estado que temos e qual deve ser o Estado que queremos, daí a importância de uma Reforma do Estado de caráter popular, democrático e nacional.

# INTERNACIONAL



*O texto de conjuntura internacional é uma retrospectiva dos principais acontecimentos no mundo em 2017.*

O ano político internacional começou em janeiro com a posse do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que, sob a consigna “América First” (Estados Unidos Primeiro), ao longo do ano faria várias tentativas de impedir migrantes, principalmente muçulmanos, de ingressar no território estadunidense, além de retirar o país de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), romper acordos como o de Paris sobre mudanças climáticas e retirar-se de negociações como o do Pacto de Migração.

Os meses de março e abril foram marcados por protestos sociais no Chile contra os Fundos de Pensão privados, introduzidos por Pinochet e que não oferecem rendimento suficiente para os aposentados, bem como por greves gerais na Argentina e no Brasil contra os ajustes promovidos pelos respectivos governos.

Estes meses registraram também as eleições para chefes de Estado, respectivamente, na Holanda e no Equador. No primeiro, o primeiro-ministro, Mark

Rutte do Partido Liberal foi reeleito, mas o destaque foi a fragorosa derrota do PVdA (Partido Social Democrata) que obteve apenas 7% dos votos, quando normalmente alcançava entre 20% a 30% chegando a governar o país em várias ocasiões. Foi um castigo de seu eleitorado por haver participado do governo anterior à eleição, liderado por Rutte, cuja política foi de austeridade e redução de direitos sociais. No Equador, o candidato da esquerda, Lenin Moreno, venceu as eleições e substituiu o presidente Rafael Correa no governo, no entanto, pouco tempo depois eles romperam e suas relações políticas e pessoais se deterioraram fortemente.

Ainda em abril, houve uma greve de fome de 1.500 prisioneiros políticos palestinos detidos em Israel, entre eles treze parlamentares, reivindicando o fim dos maus tratos e o aumento da frequência de contatos com seus familiares. No mês de maio chegou-se a um acordo que atendeu parcialmente as reivindicações dos prisioneiros.

Em maio houve eleição presidencial no Irã, onde o presidente Hassan Rohani foi reconduzido ao

cargo, enquanto na França o presidente eleito no segundo turno foi Emmanuel Macron, disputando com a diretista Marie Le Pen. Ele chegou a ocupar o Ministério da Economia por algum tempo no governo de François Hollande, mas saiu para criar um novo partido político, “En Marche” (Em Marcha). No mês seguinte ele também conseguiu que sua coalizão política elegeisse a maioria dos deputados do Congresso Nacional, rompendo a tradicional maioria bipartidária dos republicanos e socialistas. Mais uma vez, os castigados foram os social-democratas, pois o Partido Socialista teve sua votação mais baixa das últimas décadas e perdeu dezenas de cadeiras no parlamento francês. Uma das primeiras medidas do governo Macron foi a aprovação de uma reforma das leis trabalhistas francesas, reduzindo ou permitindo uma série de flexibilizações dos direitos existentes, o que o caracterizou como sendo um político de direita e não progressista, como tentava se apresentar.

No mês de junho, a primeira-ministra da Inglaterra, Theresa May, convocou eleições antecipadas alegando que necessitava de mais respaldo para conduzir as negociações do “Brexit” com a União Europeia, imaginando que era um bom momento para tentar ampliar a bancada dos “Tories” (Conservadores). Entretanto, foi um “tiro no pé”, pois o vitorioso foi Jeremy Corbyn, líder do Partido Trabalhista, que ampliou sua bancada por meio de uma campanha pela esquerda, enquanto a dela se reduziu, obrigando-a a compor com um pequeno partido regional de extrema direita da Irlanda do Norte, o Partido Democrático da União (DUP na sigla em inglês) para permanecer como primeira-ministra.

Foi também no meio do ano que o rei da Arábia Saudita, Salman bin Abdulaziz Al Saud, trocou o príncipe herdeiro Mohamed bin Nayef, seu sobrinho, por seu filho Mohamed bin Salman. Este subiu o tom na política externa de forte disputa com os países do chamado eixo xiita como o Irã, Iraque, Síria e Líbano e centralizou o poder internamente. Na política externa, uma das primeiras medidas foi a de bloquear o vizinho Catar, por se recusar a romper relações com o Irã, embora a justificativa oficial fosse que o governo deste país se recusava a interromper o apoio ao terrorismo islâmico.

O anúncio da explosão de uma bomba de hidrogênio pela Coreia do Norte em agosto, além de testes com mísseis, levou o Conselho de Segurança da ONU a aprovar novas sanções contra o país, enquanto o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometia reagir com “fogo e fúria” contra a Coreia do Norte, colocando a humanidade mais próxima de uma hecatombe nuclear. Em novembro, os norte coreanos realizaram mais um teste de míssil e anunciaram que seu programa de armamento nuclear estava completo e que já possuíam condições de atingir os Estados Unidos em qualquer parte de seu território.

No mês de julho, o governo de Nicolás Maduro realizou a eleição para compor uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para atualizar a institucionalidade da Venezuela e retomar a ofensiva política, frente à oposição e aos entraves colocados pelo parlamento do país onde a oposição é majoritária. Apesar da pressão, inclusive internacional, a ANC foi eleita, e uma de suas primeiras medidas foi a de antecipar as eleições para governadores para o mês de outubro.

O mês de agosto deu início a uma sequência de eleições de chefes de Estado em várias regiões do mundo, a começar pela de João Lourenço em Angola para substituir o presidente José Eduardo dos Santos após 38 anos no poder. Na sequência, houve eleições parlamentares na Alemanha e Noruega em setembro, de governadores na Venezuela em outubro e, em novembro, ocorreram as eleições dos delegados municipais em Cuba, que deram início à escolha de delegados das províncias e posteriormente da Assembleia Nacional, bem como o primeiro turno das eleições presidenciais no Chile.

Na Noruega, a coalizão liberal (direita) manteve a maioria parlamentar e na Alemanha a extrema direita “Alternativa para a Alemanha” (AfD) elegeu parlamentares pela primeira vez, enquanto a coalizão CDU-CSU, liderada por Angela Merkel, foi a mais votada, porém sem atingir maioria parlamentar. Ela deu início a negociações com os partidos liberal e verde visando compor o novo governo. Estas negociações fracassaram em novembro, e o partido social-democrata (SPD), que participou duas vezes da gestão Merkel e obteve o pior resul-

tado eleitoral de sua história, começou a reconsiderar seu anúncio de não participar do governo. Seu congresso realizado no início de dezembro autorizou sua liderança a negociar esta possibilidade com Merkel sob a justificativa de que a convocação de novas eleições poderia acarretar resultados ainda piores para o partido e favorecer a AfD.

Na Venezuela, o resultado das eleições para governadores favoreceu o governo e o Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV) ao elegerem dezoito dos 23 cargos em disputa. Quatro governadores eleitos pela oposição reconheceram a legitimidade da ANC e assumiram seus cargos, mas um dos eleitos ligado a Henrique Capriles se recusou e sua posse foi negada. Devido a esta divergência de posições no interior da oposição, Capriles retirou-se da “Mesa de Unidade Democrática” (MUD).

Enquanto isso, o resultado do primeiro turno das eleições chilenas levou os candidatos Sebastián Piñera da coalizão “Vamos” de direita e Orlando Guillier pela “Nova Maioria” ao segundo turno. O destaque nesta eleição foi que a direita cantava vitória já no primeiro turno, mas seu candidato obteve pouco mais de 30% dos votos e o resultado de 20% para a candidata Beatriz Sanches da “Frente Amplio” com 20% dos votos, um pouco menos do que Guillier, sendo que as pesquisas somente lhe davam em torno de 8%. O resultado do segundo turno dependerá do percentual de participação do eleitorado, pois o voto não é mais obrigatório no Chile.

O último trimestre do ano registra fatos como o massacre e êxodo da população Rohingya em Myanmar que chama ainda mais atenção por ocorrer no país do Prêmio Nobel da Paz, Aun San Suu Kyi, hoje uma autoridade importante.

O banco dos Brics, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) com sede na China, demitiu um de

seus vice-presidentes, o brasileiro Paulo Nogueira Batista Júnior, por ter criticado o governo golpista do Brasil. Neste país, em outubro, aconteceu o XIX Congresso do Partido Comunista Chinês que reconduziu Xi Jinping ao cargo de secretário-geral do partido e presidente do país.

Neste mesmo período, houve o plebiscito na Catalunha para discutir a proposta de declarar a independência desta província da Espanha, iniciativa duramente reprimida pelo governo espanhol, que chegou a intervir diretamente depondo as autoridades catalães e colocando alguns líderes pró-independência na prisão.

Em novembro realizou-se a Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo em Montevideu, Uruguai, organizada por várias organizações sindicais e sociais reunindo em torno de duas mil pessoas para debater e encaminhar propostas. Este evento ocorreu ao mesmo tempo em que o presidente do Zimbábue renunciava ao governo após 37 anos no poder, pressionado pelo exército do país.

O ano vai terminando com a realização de uma Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Buenos Aires, Argentina, onde o destaque foi a repressão do governo argentino às atividades da sociedade civil que se contrapõe ao livre comércio, inclusive recusando o ingresso no país de aproximadamente sessenta ativistas sociais de outros países.

Assim como esta retrospectiva se iniciou registrando a posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, termina condenando seu imperial, desastroso e infeliz anúncio de que mudará a embaixada dos Estados Unidos de Telaviv, em Israel, para Jerusalém, capital da Palestina ocupada, provocando enorme revolta e mobilização no mundo muçulmano.

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*A Reforma Trabalhista aprovada às pressas, em julho, trouxe o desmonte da CLT e já passa por alterações via emendas ou MPs. A Reforma Política aprovada sem a devida discussão, em outubro, rejeitou o Distritão, implementou cláusula de barreira e o fundo público para campanha, mas foi insuficiente e textos complementares à PEC já tramitam no Congresso. MPs que perdoam dívidas de grupos empresariais foram aprovadas e demonstram para quem os golpistas governam. Somado a isso, o governo agonizou mergulhado em escândalos de corrupção. Chega ao final do ano com base de apoio insuficiente para aprovar o pacote de maldades que ainda tem para a população.*

## Agenda golpista em 2017

Em meados de março, o governo golpista e sua equipe econômica davam como certa a aprovação da Reforma da Previdência. À época, o ministro da Fazenda chegou a dizer que não havia possibilidade de abrir mão de pontos polêmicos, afirmando que alguns aspectos estavam fora de negociação. Nos meses que se sucederam, o governo se enfraqueceu após as delações da JBS e as denúncias da PGR. Sem os 308 votos necessários para aprovar a reforma, apresentada por meio de uma PEC, a matéria ficou suspensa até o final do ano, quando foi retomada. Ao alterar o texto para reduzir o custo político da Reforma, o governo centrou o projeto no ataque ao regime previdenciário do setor público. As negociações seguem e o governo admite deixar a votação para 2018.

O governo aprovou a Reforma Trabalhista a toque de caixa em julho. A nova lei entrou em vigor em novembro e o impacto do desmonte das leis tra-

balhistas sobre o mercado de trabalho será substancial. A proposta autorizou o regime de trabalho intermitente, acabou com o Imposto Sindical, instituiu a preponderância do negociado sobre o legislado e foi sancionada sob protestos de juízes do Trabalho e especialistas. Em novembro, o governo editou MP para modificar a nova lei, com mudanças na contribuição previdenciária do trabalhador sob regime intermitente, entre outros pontos.

Também se destacam as MPs 756 e 758, de 2016, que redesenharam e alteraram limites de áreas de preservação ambiental, parques e florestas nacionais nos estados do Pará e Santa Catarina, aprovadas neste ano, mas alteradas sob pressão de ambientalistas. Foram promulgadas MPs que dispõem sobre perdões de dívidas bilionárias de grupos empresariais e entes federativos: os Refis, instituídos pelas MPs 766/2017, 780/2017, 783/2017 e 778/2017, foram objeto de negociação política para beneficiar grupos empresariais ligados a de-

putados em troca de votos. Em julho, o governo aprovou no Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, a primeira sob a vigência do teto de gastos.

No âmbito da Reforma Política, as principais pautas foram a alteração no sistema eleitoral e mecanismos de financiamento de campanha. O Distritão, defendido por Temer e por partidos do centrão, foi rejeitado. O Congresso aprovou, no começo de outubro, um fundo público eleitoral para campanha, além de uma cláusula de barreira. Em agosto, os tucanos defenderam em rede nacional, no programa partidário de agosto, a adoção do parlamentarismo como sistema de governo. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes entregou aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), um texto que complementa a PEC 09/2016, editada pelo então senador e atual ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes (PSDB-SP), que tramita no Congresso e dispõe sobre o tema.

### O desmanche da coalizão do golpe

Em janeiro de 2017, Teori Zavatski, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) relator da Lava Jato, foi vítima de acidente de avião. O ministro Edson Fachin ocupou sua vaga e assumiu a relatoria do processo. Temer indicou Alexandre de Moraes (PSDB-SP), então ministro da Justiça, para ocupar a vaga de Fachin no Supremo, e nomeou para ministro da Justiça o deputado Osmar Serraglio (PMDB-BA), ligado a Eduardo Cunha.

O governo recriou a Secretaria-Geral da Presidência, para a qual indicou Moreira Franco (PMDB-RJ), o “Angorã”, das delações da Odebrecht, garantindo seu foro privilegiado; e a de Direitos Humanos, nomeando Luislinda Valois (PSDB-BA). Antonio Imbassahy (PSDB-BA), ocupou a vaga de Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) na Secretaria de Governo e José Serra (PSDB-SP), citado em delações da Odebrecht, se demitiu e foi substituído por Aloysio Nunes (PSDB-SP) no Ministério das Relações Exteriores. Com essa reestruturação, o PSDB ficou com cinco ministérios, um a menos que o PMDB.

Claudio Melo, executivo da empreiteira Odebrecht, delatou que Temer pediu dez milhões de reais a Marcelo Odebrecht para doação ao PMDB, além de outros setenta executivos da empresa que delataram como o esquema de financiamento de campanha funcionou durante as últimas décadas. Com a denúncia, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu abertura de inquérito contra Temer, os senadores Renan Calheiros e Romero Jucá, José Sarney e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, por tentativa de obstrução à Operação Lava Jato e repasse de mais de cem milhões de reais ao PMDB, (32 milhões para Calheiros, 21 milhões para Jucá e 18,5 milhões para Sarney).

Em abril, o ministro do STF Edson Fachin autorizou a investigação de 98 políticos citados na Lava Jato. As delações atingiram um terço do ministério de Temer (oito dos 28 ministros), 24 senadores e 39 dos 513 deputados, incluindo os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). As investigações atingiram dezessete partidos políticos, catorze da base de apoio ao governo.

Em maio, a divulgação da gravação de conversa entre Temer e Joesley Batista, da JBS, mostrou o apoio de Temer ao empresário para continuar pagando mesada pelo silêncio de Eduardo Cunha. O ministro Fachin pediu abertura de inquérito contra Temer para apurar crimes de obstrução à Justiça, corrupção passiva e formação de organização criminosa.

Com as denúncias da JBS, os ministros Romero Jucá (PMDB-RJ), do Planejamento, Fabiano Silveira, da Transparência, Henrique Alves (PMDB-RN), do Turismo, Marcelo Calero (PSDB-RJ), da Cultura, e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), da Secretaria de Governo foram afastados. Os principais articuladores do golpe Moreira Franco (PMDB-RJ), secretário da Presidência, e Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, foram acusados. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD-SP), estava à frente do Conselho Consultivo do holding J&F, que controlava a JBS, entre 2012 e 2016.

Ainda em maio, o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), homem de confiança de Temer, foi filmado recebendo uma mala da JBS contendo quinhentos mil reais após combinar pa-

gamento semanal no mesmo valor pelo período de vinte anos.

O PSB abandonou o governo, com seus 27 deputados e sete senadores. O PPS entregou um de seus dois ministérios, o da Cultura, mas permaneceu na base. PSDB e DEM cogitam a saída, mas, comprometidos pelas delações, evitam assumi-las como verdadeiras.

Do PSDB, Aécio Neves, senador por MG e presidente licenciado do partido, foi acusado de receber sessenta milhões de reais para o caixa 2 de sua campanha em 2014, além de propina oriunda do esquema de Furnas, e apareceu nos áudios pedindo dois milhões de reais a Joesley. As acusações contra o PSDB também atingiram o senador Aloysio Nunes (SP), que teria recebido quinhentos mil reais em sua campanha, e Bruno Araújo (PSDB-PE), cujo nome consta como receptor de caixa 2 na delação da Odebrecht.

Janot pediu a prisão de Aécio Neves, julgada improcedente pelo Supremo. Apesar de o Senado livrar Aécio Neves do afastamento do mandato, o PSDB o manteve afastado da presidência do partido.

Em junho, a absolvição da chapa Dilma-Temer, no julgamento do TSE, por quatro votos a favor e três contra, fortaleceu Dilma, com a comprovação de que o impeachment foi um golpe, enquanto Temer se manteve sob pressão, tanto do TSE quanto do STF. Janot abriu denúncia contra Temer e Loures, que, para ser aceita, precisava do voto de dois terços (342) dos deputados. Temer conseguiu apoio de 263 parlamentares contra a denúncia, 227 votaram a favor e o processo foi arquivado.

Em setembro, novos escândalos atingiram o governo golpista. O ministro Geddel Vieira Lima foi preso com mais de 51 milhões de reais em um bunker, em Salvador. A prisão dos irmãos Joesley e Wesley Batista e a delação do doleiro Funaro, além da nova denúncia de Janot contra Temer por organização criminosa juntamente com os ministros Eduardo Cunha, Henrique Eduardo Alves, Moreira Franco, Geddel Vieira Lima e Eliseu Padilha, abalaram o governo. Segundo a PGR, os denunciados receberam ao menos 587 milhões de reais em propina e vantagens indevidas.

Para escapar às novas denúncias, o governo tro-

cou Antonio Imabassahy (PSDB), da articulação política, por Eliseu Padilha (PMDB). O centrão, que cobrava mais espaço, foi contemplado pelo governo, que negocia cargos e emendas parlamentares, liberando nomeações em diversas instâncias para atender às demandas dos deputados insatisfeitos. Para reforçar o placar favorável na votação, Temer exonerou dez ministros com mandato na Câmara e conseguiu 251 votos, o suficiente para barrar a segunda denúncia.

Durante as votações das denúncias contra Temer, o PSDB, rachado desde as delações da JBS, expôs suas fraturas internas, com metade do partido em defesa do desembarque do governo e a outra metade, pela permanência.

A convenção do PSDB, realizada em 9 de dezembro, elegeu Geraldo Alckmin presidente do partido e decidiu pelo desembarque do governo. Antonio Imbassahy (PSDB-BA), ministro-chefe da secretaria de Governo, se demitiu na última semana e deve ser substituído por Carlos Marun (PMDB-MT). A ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois (PSDB-BA), deve deixar o cargo nos próximos dias e apenas Aloysio Nunes (PSDB-SP), permanece no cargo, como titular do Itamaraty, pela cota de Temer.

Até maio, antes da gravação de Joesley vir a público, o governo contava com mais de trezentos deputados em sua base aliada. Na primeira denúncia, a base aliada do governo caiu para 263 deputados e, após a segunda, restou ao governo apoio inferior à metade (251) do total de deputados, insuficiente para comandar o Legislativo e aprovar PECs.

### **Opinião pública: avaliação de governo**

Em abril, pesquisa do Vox Populi em parceria com a CUT mostrou que o governo Temer possuía apenas 5% de avaliação positiva. Em junho, esta não ultrapassava 3%, número que se manteve em novembro, mostrando que Temer é o presidente mais impopular que o país já teve. Nesta última pesquisa de novembro, Temer alcançou 76% de avaliações negativas. Segundo o Datafolha, em maio o governo Temer era considerado ruim ou péssimo por 61%, número que subiu para 71% em novembro, segundo esse instituto. Neste mesmo período,

a aprovação caiu de 9% para 5%. De acordo com o Datafolha, a percepção de que o governo Temer é pior que o governo da presidenta Dilma atingiu 62% em novembro, número que era de apenas 40% em dezembro de 2016.

A pesquisa Vox Populi/CUT publicada em junho, após as denúncias da JBS, indicavam que 85% dos brasileiros queriam que o TSE cassasse Temer. Pesquisa do Poder 360 apurou que 77% consideravam que a Câmara errou ao não aprovar o prosseguimento da denúncia da PGR contra o golpista.

A Pesquisa Pulso Brasil, publicada pelo Instituto Ipsos em agosto, indicou que quase a totalidade (94%) dos eleitores não se sente representada pelos políticos que estão no poder nem pelos políticos em quem votaram (86%). O Instituto Vox Populi em parceria com a CUT, em pesquisa de outubro, revelou que 81% dos entrevistados desaprovavam a nova lei trabalhista e 79% não votariam em deputados que apoiaram a reforma.

### - Intenções de voto

Todos os institutos mostraram, em relação aos cenários para a eleição presidencial de 2018, a liderança isolada do ex-presidente Lula e a consolidação de Bolsonaro no segundo lugar. De acordo com o Vox Populi, em abril Lula tinha 44% de intenções estimuladas em cenários com Aécio ou Alckmin. Em junho, 45% dos entrevistados declararam voto no ex-presidente. Em novembro, Lula figurava com 35% de intenção de voto espontânea e 42% estimulada. O crescimento de Bolsonaro foi mensurado pelo Vox Populi: em abril, 11% declaravam voto no deputado, em resposta estimulada, empatada com a intenção de voto em Marina Silva. Em novembro, Bolsonaro apareceu com 16%, nove pontos a mais que Marina.

De acordo com o Instituto Datafolha, em junho Lula possuía 30% das intenções de voto, número que cresceu para 35% em setembro e 36% em novembro. O Datafolha também captou uma queda na rejeição do ex-presidente Lula: em junho era 46%, em setembro 42% e, em novembro, 39%. Este instituto também mostrou consolidação de Bolsonaro na segunda colocação: em junho, 16%, e

em novembro 18%. A terceira colocada, Marina Silva, figurou com 15% em junho e 10% em novembro. O Datafolha apontou, em novembro, que 87% dos entrevistados não votariam em um candidato apoiado por Michel Temer.

### - Evolução da preferência partidária

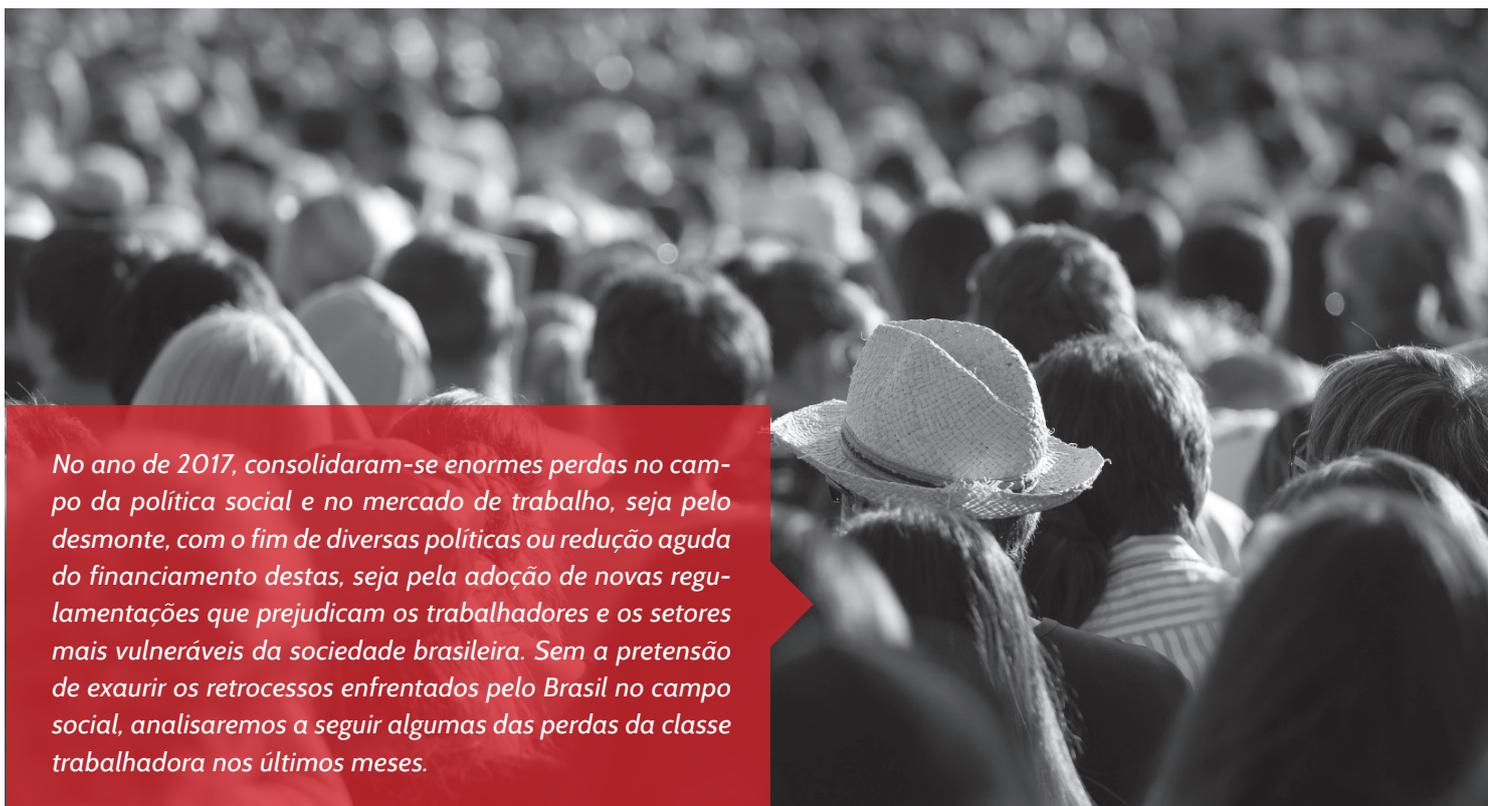
O Poder 360 mostrou que o PT está recuperando seu capital eleitoral e tem potencial de voto de 34% (21% votariam com certeza em candidato do PT e 13% poderiam votar em candidato do partido). A última pesquisa Datafolha confirma a tendência de aumento da preferência partidária pelo PT. Em dezembro de 2016, 9% preferiam o PT, passou para 18%, em junho de 2017, 19%, em setembro e em dezembro, registrou 21%. Segundo a série histórica do Datafolha o PT voltou aos níveis de preferência partidária anteriores ao golpe: 22%, em dezembro de 2014.

Outra pesquisa Datafolha divulgada em julho mostra que a população está se tornando mais progressista. O Datafolha apurou que 40% da população se diz de direita e 41% de esquerda. Mapeando valores econômicos e comportamentais, constata que a população tende a valores comportamentais mais conservadores e valores econômicos mais progressistas. Embora, aspectos comportamentais estejam mais à direita (47%) que os econômicos (28%), observa-se queda de oito pontos percentuais da posição conservadora, retornando aos patamares de 2013, antes da onda conservadora pré-impeachment.

Quanto aos aspectos econômicos, 44% identificam-se com posições de esquerda, como que “boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida”, com a qual 77% da população concordam, e 76% acreditam que o governo deve “ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer”.

Entre aspectos comportamentais, 80% são a favor da proibição do uso de drogas e 73% querem que a punição para adolescentes que cometem crimes seja igual à de adultos, indicando forte postura conservadora relacionada à criminalidade e punitivismo.

# SOCIAL



*No ano de 2017, consolidaram-se enormes perdas no campo da política social e no mercado de trabalho, seja pelo desmonte, com o fim de diversas políticas ou redução aguda do financiamento destas, seja pela adoção de novas regulamentações que prejudicam os trabalhadores e os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira. Sem a pretensão de exaurir os retrocessos enfrentados pelo Brasil no campo social, analisaremos a seguir algumas das perdas da classe trabalhadora nos últimos meses.*

## Mercado de trabalho

A austeridade fiscal, aplicada no Brasil desde 2015, teve um efeito devastador no mercado de trabalho. Desde então, ocorreu uma escalada do desemprego, que, em 2017 transformou-se em estagnação da taxa de desemprego no país, com aumento da participação do setor informal da economia, medida em especial pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Segundo os dados mais recentes para 2017 (PNA-DC), a taxa de desocupação (12,2%) no trimestre móvel de agosto a outubro recuou 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre de maio a julho deste ano (12,8%). Na comparação anual, no entanto (com o mesmo trimestre de 2016), que foi de 11,8%, houve aumento de 0,4 ponto percentual.

A população desocupada (12,7 milhões) teve queda de 4,4% no confronto com o trimestre anterior (menos 586 mil pessoas), mas, em relação a igual período de 2016, houve aumento de 5,8% (mais 698 mil pessoas). Houve também estabilidade frente ao trimestre anterior no número de empregados com carteira de trabalho assinada, mas que-

da de 2,2% em relação ao ano anterior. Por outro lado, cresceu nas duas comparações o contingente de trabalhadores por conta própria, o que ilustra a precarização do mercado de trabalho no Brasil.

Deve-se ponderar ainda que, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no terceiro trimestre de 2017, a taxa composta da subutilização da força de trabalho (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que fazem parte da força de trabalho potencial) ficou em 23,9%, o que representa 26,8 milhões de pessoas. Esta estimativa caiu 0,6 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre anterior do mesmo ano (13,0%) e aumentou 0,6 p.p. em relação ao terceiro trimestre de 2016 (11,8%). Esse indicador também denota a crise para os trabalhadores brasileiros, que ficam mais vulneráveis a aceitar piores condições de trabalho.

Nesse contexto, como suposta resposta à crise no mercado de trabalho, surgiu a proposta e ocorreu a aprovação da chamada Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). Também no ano de 2017 foi aprovada a Lei 13.429/2017 (antigo PL 4.302/1998), que libera a terceirização também em atividades

fim (antes restrita a atividades meio). Tanto a Lei 13.429/2017 quanto a Lei 13.467/2017 baseiam-se nos debates dos anos 1990, de que as leis trabalhistas são muito rígidas no Brasil (o que contrasta, por exemplo, com a alta rotatividade da mão de obra brasileira), de que na comparação internacional o salário brasileiro é alto (mas, para a indústria, um trabalhador brasileiro já tem salário mais baixo que um chinês) e de que a retirada de direitos (ou flexibilização) geraria empregos. No entanto, ela contribui para criar uma sociedade mais desigual e pode permitir a redução do consumo.

Assim, foram consolidadas no ano de 2017 mudanças substantivas para os trabalhadores brasileiros, que terão impacto no curto prazo (na piora da qualidade dos empregos considerados formais) e no longo prazo (com a possível ampliação da desigualdade e da pobreza no país).

E ainda em relação ao mercado de trabalho, em 2017 Temer espera poder aprovar a PEC 287, a chamada Reforma da Previdência. Com a Reforma Trabalhista, aumenta a pressão neste sentido, já que as mudanças trabalhistas reduzem as receitas da Previdência, por exemplo, ao ampliar as possibilidades de pejetização. Ainda que seja uma reforma menor que a almejada pelo governo em um primeiro momento, este projeto torna mais difícil o acesso à Previdência Social.

### **Cortes em políticas sociais**

Diversos foram os campos da política social (saúde, educação, ciência e tecnologia, habitação, entre outras áreas) que sofreram com cortes nas políticas sociais, bem como novas regulamentações que favorecem o setor privado ou os interesses de grandes grupos ou famílias.

Na educação, estão sendo amplamente atingidas pela austeridade as instituições de ensino e pesquisa no país, em especial as 63 universidades federais. Tornaram-se comuns o cancelamento de congressos e eventos acadêmicos, a suspensão de estudos

de campo e a redução do cardápio dos restaurantes universitários. Além disso, há uma ameaça de privatização das universidades públicas brasileiras.

Quanto à saúde, as políticas de austeridade e de descontinuidade no SUS têm promovido sofrimento à população. Se a saúde pública está enfraquecida, por outro lado mudanças que favorecem o setor privado na saúde estão caminhando rapidamente: no ano de 2017 avançou a tramitação do novo marco regulatório dos Planos de Saúde (PL 7419/06 e apensados), que altera a atual lei dos Planos de Saúde (9656/98). Especialistas do campo da saúde pública apontam que o projeto tem a digital das operadoras em detrimento dos direitos do povo brasileiro. Ainda em 2017, ocorreu a revisão a toque de caixa da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Diversas entidades do campo da saúde coletiva marcaram posição contra a revisão.

No campo também diversos foram os retrocessos em 2017, com o corte de verbas e reestruturação de programas mundialmente reconhecidos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cancelamento/alterações no Programa Minha Casa Minha Vida Rural, desestruturação do Corpo Técnico para atuação na área e a redução da estrutura institucional para a diversidade no campo (povos e comunidades tradicionais, dos quilombolas, dos negros, das políticas de gênero, de juventude, das comunidades indígenas). Também houve sérias mudanças na concepção e condução da política agrária do país, como com a MP 759, conhecida como “MP da grilagem”, que favorece os grandes proprietários que realizaram grilagem.

Como apontamos ao princípio, a lista dos retrocessos aqui citados está longe de estar completa e pode ainda se estender até o fim do ano de 2017. Com tais medidas, Temer cumpre à risca as propostas do documento “Ponte para o Futuro” e mostra de que lado está na luta de classes. Já o Brasil - que tinha reduzido a desigualdade social durante os governos petistas - agora consolida medidas que ampliam as desigualdades.

# ECONOMIA



*O ano de 2017 chega ao fim da mesma forma que começou: com os analistas de mercado alinhados às autoridades econômicas do governo Temer anunciando que nos próximos meses tudo vai melhorar. Previsões e equívocos à parte, o fato é que a economia brasileira andou de lado e deve registrar uma oscilação positiva do PIB muito próxima da taxa de crescimento da população, o que significa que a renda per capita deverá ficar estacionada em um patamar quase 10% abaixo do que era em 2014.*

## Nível de Atividade

O último dado divulgado do PIB, relativo ao terceiro trimestre do ano corrente, jogou um balde de água fria nas hostes governistas e de seus sócios mercado adentro. Comparado ao trimestre imediatamente anterior, o PIB do terceiro trimestre ficou praticamente estagnado, registrando uma oscilação positiva de apenas 0,1% e indicando uma trajetória de desaceleração - vinha de um crescimento de 1,4% no primeiro trimestre e de 0,7% no segundo (veja tabela a seguir).

Com esse resultado, estima-se que, a depender do desempenho da economia no quarto trimestre do ano, a taxa de crescimento anual do PIB ficará muito próxima da taxa de crescimento da população (estimada pelo IBGE em 0,7%), resultando, portanto, em uma provável estagnação do PIB per capita em 2017, após três anos consecutivos de queda.

Analisando a evolução dos números ao longo dos trimestres de 2017, percebe-se que, como estive-

mos apontando em boletins anteriores, a atividade econômica só conseguiu se manter no campo positivo graças a alguns fatores específicos ou relativamente fortuitos que não deverão se repetir em 2018. No primeiro trimestre foram importantes as acelerações da agricultura e das exportações (12,9% e 5,7% respectivamente), as quais induziram a indústria de transformação (1,7%) - principalmente a produção de máquinas agrícolas e caminhões - e os serviços de transporte e armazenagem (2,2%). No segundo trimestre, em grande medida como decorrência dos 44 bilhões de reais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que foram liberados entre os meses de março e junho, a melhora do nível de atividade foi puxada pelo consumo das famílias (1,2%) e, por conseguinte, pela expansão do comércio (2,2%). Ainda no que tange ao desempenho da economia no segundo trimestre, cabe notar que a trajetória de crescimento das exportações (1,2%) foi também um dos indutores importantes que ajudaram a manter a atividade econômica levemente aquecida naquele período.

## Variação do PIB Trimestral - com ajuste sazonal (trimestre/trimestre anterior)

	1º T/2017	2º T/2017	3º T/2017
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>1,3%</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,1%</b>
<i>Ótica da oferta</i>			
Agropecuária - total	12,9%	-2,3%	-3,0%
Indústria - total	1,2%	-0,4%	0,8%
Indústrias extrativas	1,8%	-0,2%	0,2%
Indústrias de transformação	1,7%	0,2%	1,4%
SIUP (eletricidade e gás, água e esgoto etc )	2,6%	-2,0%	0,1%
Construção	0,1%	-2,0%	0,0%
Serviços - total	0,3%	0,8%	0,6%
Comércio	0,2%	2,2%	1,6%
Transporte, armazenagem e correio	2,2%	0,9%	0,0%
Informação e comunicação	3,1%	-2,2%	-0,2%
Atividades financeiras	-0,2%	0,3%	0,1%
Atividades imobiliárias	-0,4%	1,3%	0,9%
Outros serviços	1,1%	0,9%	0,2%
Serv. Públicos (adm, saúde, edu, seg. social)	-0,2%	-0,2%	0,2%
<i>Ótica da demanda</i>			
Consumo das famílias	0,2%	1,2%	1,2%
Consumo do Governo	-0,1%	-0,1%	-0,2%
Formação bruta de capital fixo	-0,6%	0,0%	1,6%
Exportação de bens e serviços	5,7%	1,2%	4,1%
Importação de bens e serviços (-)	1,9%	-3,4%	6,6%

Fonte: IBGE/Contas Nacionais Trimestrais

Já no terceiro trimestre, período do ano em que historicamente a economia apresenta os melhores resultados, a quase estagnação registrada (+0,1%) foi sustentada em grande medida graças ao bom desempenho da indústria de transformação - em especial pelo setor automotivo (+1,4%) - e, do ponto de vista da demanda, pela recuperação da formação bruta de capital fixo (+1,6%) e do consumo das famílias (+1,2%).

Esses foram, sem sobra de dúvida, os melhores indicadores setoriais do PIB não só no trimestre, mas ao longo do ano, já que poderiam estar apontando para alguma tração mais virtuosa entre a retomada dos investimentos, o aquecimento da produção industrial e alguma melhora quantitativa no mercado de trabalho. Entretanto, é preciso levar em conta que, depois de dois anos de forte recessão, o patamar é muito baixo e a intensidade da aceleração ainda muitíssimo modesta. Seriam

necessários mais alguns meses com desempenhos positivos e um pouco mais robustos para se poder falar de forma mais segura sobre a efetiva recuperação da economia.

Por ora, ainda persistem alguns sinais que denotam a fragilidade do quadro econômico geral. Por exemplo, no front externo, o terceiro trimestre revelou uma expansão das importações bem acima do registrado nas exportações (6,6% contra 4%). Se, por um lado, isso pode expressar o aquecimento do consumo, por outro, deverá trazer consequências danosas se levar a uma trajetória de crescente vazamento da demanda agregada interna.

Outro dado preocupante diz respeito aos números mais recentes da indústria, que foram divulgados posteriormente aos do PIB. De acordo com a Pesquisa Indústria Mensal do IBGE, em outubro a variação na margem veio muito baixa (0,2%), influenciada negativamente por uma queda na

produção de bens duráveis (-2%) e de bens intermediários (-0,8%), apontando mais uma vez uma tendência de desaceleração da retomada industrial. Já o Indicador Mensal de Consumo Aparente de bens industriais, calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontou em outubro um declínio de 1,1% em comparação ao mês anterior, fortemente influenciado pela segunda queda consecutiva da indústria de transformação (ambos -0,3), principalmente em decorrência das contrações do consumo aparente de alguns segmentos-chave: máquinas e equipamentos (-7,3%); metalurgia (-3%); veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,6%); papel e celulose (-1,7%); produtos alimentícios (-8,1%). Embora no acumulado no ano e nos últimos doze meses o consumo aparente de bens da indústria de transformação ainda registre valores positivos (respectivamente 2,8% e 2,2%), os dados declinantes na margem preocupam e colocam em xeque as apostas em uma aceleração da produção industrial no próximo ano.

Por fim, cabe assinalar que, diante de um quadro de tão baixo dinamismo e de uma economia que segue sendo impulsionada por espasmos e medidas de emergência, a desastrosa política de austeridade fiscal fez cair sucessivamente o consumo do governo ao longo do ano (-0,1%, -0,1% e -0,2%), dificultando sobremaneira o processo de recuperação do PIB.

### Contas Públicas

Com a recente divulgação dos números dos resultados fiscais do setor público consolidado (três níveis de governo + estatais), soubemos que em outubro foi registrado um superávit primário de 4,8 bilhões de reais, fortemente ajudado pela arrecadação extraordinária de 5,5 bilhões de reais oriundos dos programas de renegociação de dívidas (Refis). No acumulado do ano, entretanto, os números mostram uma grave deterioração das contas públicas em 2017, com um déficit primário de 77,4 bilhões de reais - o pior resultado da série histórica iniciada em 2001 -, ante déficit de R\$45,9 bilhões no mesmo período de 2016. No acumulado dos doze meses encerrados em outu-

bro, o déficit primário já alcança de 187,2 bilhões de reais (2,9% do PIB), valor bastante superior à meta de déficit de 159 bilhões de reais. Contudo, de acordo com as últimas projeções do Ministério do Planejamento, graças a receitas extraordinárias provenientes de concessões do setor elétrico e dos leilões do pré-sal, os últimos dois meses do ano deverão apresentar uma recuperação das contas públicas, permitindo que se encerre o exercício de 2017 com um déficit primário dentro da meta.

Por fim, cabe considerar que quando são incluídas na conta as despesas com o pagamento de juros (resultado nominal) o quadro fiscal se deteriora ainda mais, visto que a despeito da redução da taxa Selic ao longo do ano, os prejuízos com as operações de swap cambial fizeram crescer as despesas com juros ao longo de 2017. De acordo com o Banco Central, o pagamento de juros alcançou 338,4 bilhões de reais de janeiro a outubro, 2,15% a mais do que foi pago em igual período do ano passado. Ou seja, deveremos encerrar 2017 gastando com juros algo entre 6,5% e 7% do PIB, de longe a maior despesa do setor público brasileiro.

### Comércio Exterior

Conforme mencionado acima e também assinalado na maioria dos boletins mensais do presente ano, o comércio exterior foi fundamental para manter aquecidos alguns setores de atividade econômica e evitar que a recessão continuasse se aprofundando. No acumulado do ano até novembro, o saldo de nossa balança comercial foi de 62 bilhões de dólares, o que representa um recorde histórico para o país. Nossas exportações chegaram a 200,15 bilhões de dólares no período (+18,2%) enquanto nossas importações ficaram em 138,15 bilhões de dólares (+9,6%).

Sob a perspectiva dos chamados fatores agregados, o excepcional resultado das exportações brasileiras foi puxado em larga medida pela venda de produtos básicos, que atingiram a cifra de 93,8 bilhões de dólares (+28%), enquanto os semimanufaturados (28,8 bilhões de dólares) e os manufaturados (73 bilhões de dólares) cresceram em ritmo menos intenso (respectivamente +13,8% e +9%). Entre os produtos básicos,

destacaram-se as exportações de soja (+30,2%), de minerais de ferro (+53,4%) e de óleos brutos de petróleo (+64,6%). Entre os semimanufaturados, foram importantes os avanços registrados nas exportações de açúcar (+14,4%) e de celulose (+14,1%), enquanto entre os manufaturados as exportações de automóveis de passageiros (+46,8%), de veículos de carga (+41%) e de máquinas e aparelhos para terraplanagem (+60%) foram os avanços mais significativos.

Já entre as importações, o resultado por fator agregado no acumulado até novembro revela que foram puxadas principalmente pelos produtos semimanufaturados (+16,3%) e, em menor medida, pelos básicos (+14%) e manufaturados (+8,8%). Cabe salientar que entre as categorias de produtos que contribuíram de forma mais efetiva para aquela expansão das importações, com exceção dos circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos (+46,1%) os demais - óleos combustíveis (+91,5%), nafta (+42%) e de adubos e fertilizantes (+29,1%) - são todos produtos derivados do petróleo que costumam responder de forma bastante elásticas aos impulsos dos setores agrícola e/ou exportadores. Ou seja, revela-se aqui um déficit crônico e potencialmente crescente em nossa estrutura de comércio exterior que se contrapõe à política adotada pelo governo de Temer e pela atual gestão da Petrobras de realizar desinvestimentos nos segmentos de refino e na produção de derivados no país.

## **Inflação e política monetária**

Como não poderia deixar de ser, a inflação brasileira seguiu bastante baixa ao longo de 2017. Depois de dois anos de recessão, de uma revalorização do câmbio, do fim dos impactos altistas do realinhamento de preços realizados no ano de 2015 e com uma excepcional safra agrícola que ajudou a derrubar os preços dos alimentos, deveremos terminar 2017 com uma inflação (IPCA) próxima de 3%, isto é, talvez um pouco abaixo do piso da meta.

Já considerados os resultados do mês de novembro, a taxa relativa aos últimos doze meses ficou em 2,8% e, portanto, a depender da apuração de dezembro, o presidente do Banco Central precisará se explicar em carta aberta à sociedade brasileira sobre o equívoco de manter a taxa Selic acima do necessário, em um país que tem 12,2 milhões de trabalhadores desempregados e que registra a mais baixa taxa de investimento das últimas décadas. Não é demais assinalar que, embora a recente redução da Selic para 7% a.a. tenha conduzido ao seu menor patamar em 21 anos, nossa taxa de juros real (pelo critério ex-ante) segue ainda muito elevada, em 2,9% a.a., isto é, ainda a quarta mais alta do planeta e muito acima da média mundial que em novembro estava negativa em 0,10%.

# TERRITORIAL



*O período pós-golpe foi caracterizado por um conjunto de medidas que representaram retrocesso para a política agrária e rural brasileira. Essas mudanças se manifestaram pela movimentação da bancada ruralista do Congresso Nacional por meio de um conjunto de instrumentos (medidas provisórias, decretos e projetos de lei) que visam favorecer o agronegócio e os grandes proprietários de terra*

## O BRASIL RURAL EM RETROCESSO

Desde que o presidente interino Michel Temer assumiu o governo, os ruralistas vêm pressionando para que seus interesses sejam efetivados. Essa situação está ameaçando os direitos conquistados pelos trabalhadores rurais e pelas comunidades tradicionais. Entre diferentes medidas tomadas por Temer para manter sua base aliada, estão os rearranjos institucionais que reduzem o espaço dos indígenas e quilombolas, os cortes no orçamento destinado a políticas públicas de fomento à agricultura familiar, bem como o uso de instrumentos legais que conferem mais poder ao agronegócio.

O presente artigo visa destacar alguns instrumentos legais utilizados pela bancada ruralista no período recente. Conforme se observa no quadro a seguir, os grandes proprietários de terras vêm buscando inserir na pauta discussões em torno do porte de armas para proprietários rurais, da desestruturação do programa de reforma agrária, da abertura de reservas ambientais para exploração de mineradoras, do não reconhecimento de terras quilombolas e indígenas, assim como a regulação da venda de terras brasileiras para o capital estrangeiro.

Quadro 1 – Instrumentos legais sobre a questão agrária e rural brasileira no pós-golpe

Instrumentos Legais	Teor	Situação Atual
PL n° 6.717/2016	Possibilita o porte de armas para trabalhadores ou proprietários rurais maiores de 21 anos.	Em tramitação
Lei n° 13.465/2017	Flexibiliza as leis fundiárias e altera o Programa de Reforma Agrária.	Sancionado
Decreto n° 9.159/2017	Extingue a Renca, abrindo uma área de 47 mil km <sup>2</sup> na Amazônia para pesquisa e exploração pela iniciativa privada.	Foi aprovado e posteriormente revogado
ADIN n° 3.239 de 2004	Questiona o reconhecimento das terras quilombolas e marco temporal.	Pedido de vista aos autos
Parecer AGU 001/2017	Estabelece marco temporal das terras indígenas, que só poderiam ser objeto de reconhecimento se ocupadas antes da promulgação da CF-88.	Publicado em Diário Oficial
PL n° 4.059/2012	Flexibiliza a aquisição de terras rurais por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras.	Em tramitação em regime de urgência

Fonte: Elaboração própria

A seguir, de que trata cada instrumento utilizado pela bancada ruralista no Congresso Nacional e suas possíveis consequências no cotidiano de grupos sociais como os agricultores familiares e as comunidades tradicionais.

### Porte de armas para proprietários rurais

O projeto de lei n° 6.717/2016, de autoria de Afonso Hamm (PP-RS), autoriza a posse de arma para trabalhadores ou proprietários rurais maiores de 21 anos. A justificativa do projeto é a distância das propriedades de centros urbanos e a dificuldade de se conseguir atendimento policial nesses locais. Atualmente, o projeto está em tramitação, sendo que em 29 de novembro de 2017 foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, com onze votos a favor e cinco contrários. Caso a lei seja aprovada, o Estatuto do Desarmamento terá de ser alterado, uma vez que prevê o porte em áreas rurais para maiores de 25 anos e somente para as pessoas cuja sobrevivência depende de atividades de caça.

### Favorecimento da grilagem e ataque à reforma agrária

A Lei n° 13.465/2017, conhecida como MP da grilagem, que formaliza em grande escala as terras públicas invadidas por grileiros - fato que pode levar ao agravamento do desmatamento e dos conflitos pela terra. Essa mesma lei também coloca em risco a Política Nacional de Reforma Agrária ao estimular a comercialização das terras dos assentamentos e reduzir o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no apoio das famílias assentadas.

### Extinção da Renca

Além disso, se inclui nesse cenário o favorecimento dos mineradores na tentativa de extinguir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), situada nas unidades federativas do Pará e Amapá - área de proteção ambiental que possui 47 mil quilômetros quadrados, abriga sete unidades de conservação e duas áreas indígenas. A reserva havia sido extinta por meio de decreto presidencial, mas o governo não aguentou a pressão de diversos setores da sociedade e

voltou atrás na decisão. A iniciativa visava abrir caminho para exploração privada de minérios como ouro, ferro, níquel e manganês. Caso não fosse revogada, as consequências da extinção da Renca teriam sido desmatamento da floresta, poluição hídrica e exploração desenfreada do ouro e de outros minérios na Amazônia.

### Regulamentação de terras quilombolas

A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239 de 2004, requerida pelo partido Democratas, passou neste ano por mais um julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal. A Adin trata do decreto nº 4.887 de 2003 sobre a regulamentação das terras quilombolas. A Constituição de 1988 prevê a posse das propriedades pelos quilombolas. No entanto, os Democratas questionam o reconhecimento das terras e o marco temporal de ocupação como inconstitucionais.

Em 9 de novembro de 2017, o ministro Dias Toffoli continuou o processo da Adin com o seu voto-vista. Toffoli argumentou que não há inconstitucionalidade na autodefinição dos remanescentes das comunidades dos quilombos e tampouco no critério previsto na lei para a titulação das terras. Porém, o ministro afirmou a necessidade de se estabelecer um marco temporal, que para ele só possibilitaria a titulação de terras ocupadas até a data de promulgação da Constituição. Assim, seu voto-vista foi de julgado parcial da Adin, mas Toffoli pediu novamente vista dos autos.

O julgamento dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade deve ser cuidadosamente acompanhado, uma vez que seu resultado poderá significar perdas de direitos para os quilombolas, que atualmente já sofrem inúmeras limitações para a titulação de suas propriedades. O julgamento também significaria uma nova vitória para os ruralistas.

### Marco temporal para terras indígenas

O parecer da Advocacia-Geral da União 001/2017 foi publicado em 20 de julho de 2017 com aprovação de Michel Temer. O Marco Temporal estabelece que os indígenas tenham direito apenas às terras por eles ocupadas até a data da promulgação da Constituição

de 1988. Além disso, estabelece a ocupação de terras indígenas para fins nacionais estratégicos (militares, viários, minerais e hidrelétricos) sem passar pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e demais consultas aos povos indígenas. Também o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) passa a controlar terras indígenas sobrepostas a unidades de conservação ambiental.

O marco temporal representa um retrocesso nos direitos indígenas e um risco à preservação tanto da cultura indígena quanto do meio ambiente. A exigência de que a demarcação de terras indígenas seja realizada apenas para propriedades ocupadas até 1988, apesar de partir da Constituição, teria de ser revisada frente ao dever histórico com os indígenas no país. Somente em 1988 os indígenas passaram a ter direito à demarcação da terra no Brasil e, anteriormente à promulgação da Constituição, suas terras eram ainda mais vulneráveis aos interesses do agronegócio, principalmente na região Norte do país.

Além disso, o decreto retira a prerrogativa de participação dos povos indígenas sobre intervenções estratégicas que afetariam seu território e seu modo de viver. Michel Temer reafirma com isso a intenção golpista de reduzir os canais de participação motivados pelos governos petistas.

### Estrangeirização das terras rurais

A aquisição de terras rurais por estrangeiros no Brasil é regulada pela lei nº 5.709/1971. Essa lei prevê restrições de compra de terras rurais para pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, como o tamanho das terras rurais que poderiam ser adquiridas e limites de porcentagem para estrangeiros de uma mesma nacionalidade. Além disso, a lei aplicava as restrições para empresas brasileiras com a maioria do capital social de participação de estrangeiros com residência ou sede fora do país.

No entanto, em 1994 e 1998, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu dois pareceres que permitiram flexibilização da regra para aquisição de terras por estrangeiros. Em 2010, a AGU emitiu um novo parecer que revogou os anteriores, voltando a valer a lei nº 5.709/1971 e as restrições para pessoas jurídicas brasileiras com maioria de capital social estrangeiro. O

parecer entendia que a restrição era estratégica para, entre outras coisas, impedir a expansão desenfreada do agronegócio em locais de preservação e conservação ambiental, o aumento da grilagem de terras, a produção sem regulação de fontes energéticas e riscos à soberania nacional.

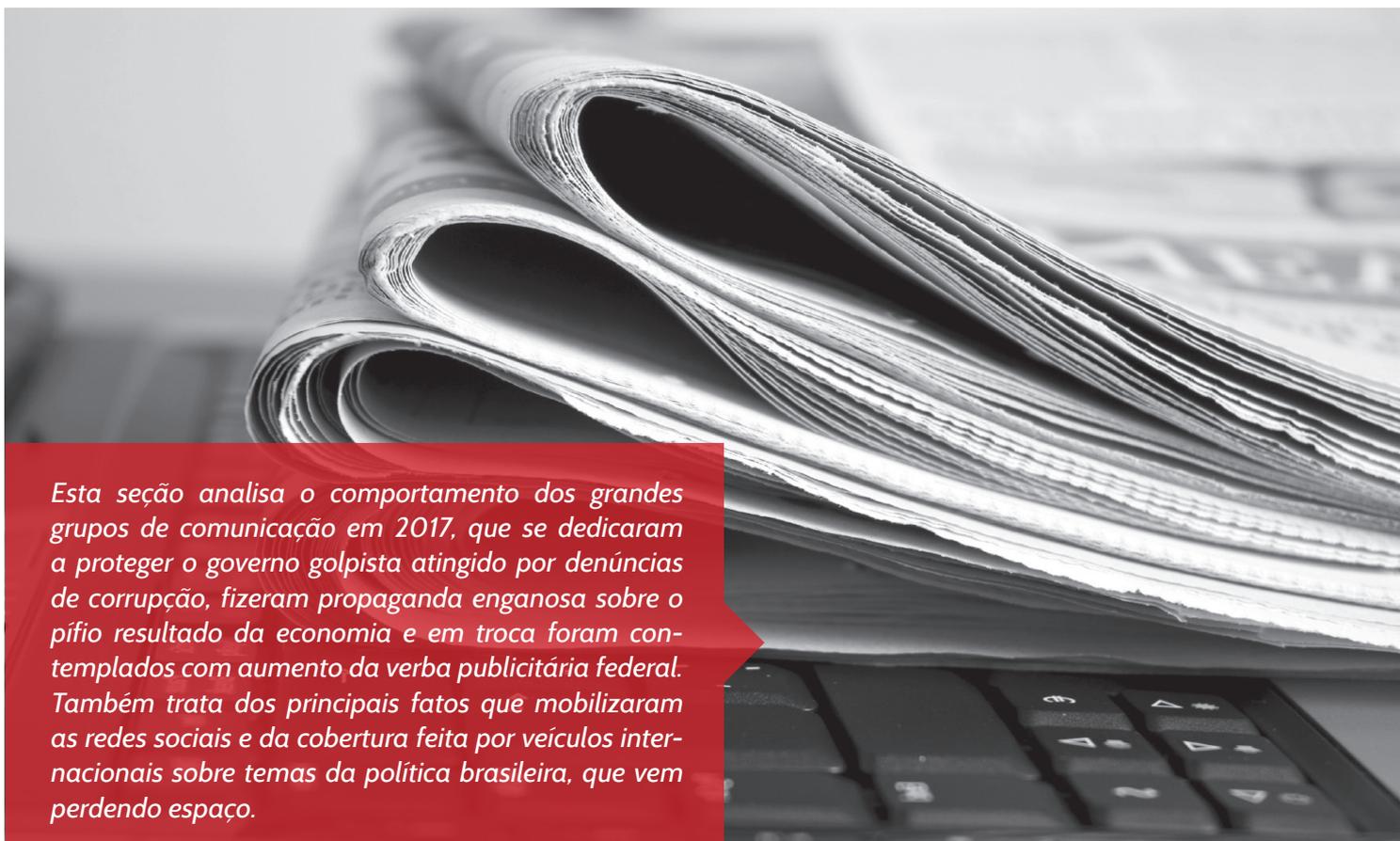
Em resposta ao novo parecer da AGU, a bancada ruralista escreveu o Projeto de Lei nº 4.059/2012, apresentado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que trata da aquisição de terras rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. Em fevereiro de 2017, o governo ilegítimo de Michel Temer ensaiou uma Medida Provisória para tratar da compra de terras por estrangeiros, mas devido à pressão optou por anexar texto ao Projeto de Lei nº 4.059/2012, que tramita desde 2015 em regime de urgência e está sujeito à apreciação do plenário. Os resultados da aprovação da lei seriam a flexibilização da compra de terras por estrangeiros, abrindo as terras brasileiras e favorecendo o investimento no agronegócio pelo capital externo.

A estrangeirização das terras é uma questão em debate mundial, devido ao aumento da demanda pela produção agropecuária, assim como um processo de internacionalização da cadeia de produção que leva empresas a encontrarem as maiores vantagens comparativas nos custos. Ou seja, a estrangeirização das terras, além de aumentar a concentração no país, também permitiria que empresas estrangeiras de locais com escassez de terra e da mão de obra se instalssem no país com posse da propriedade.

### Conclusão

O golpe presidencial abriu caminho para ascensão dos interesses dos ruralistas na agenda do governo e enfraqueceu temas ligados aos direitos da população do campo, das florestas e das águas. Percebe-se a gravidade das medidas legais tomadas por um governo ilegítimo e suas consequências. É preciso ficar atento aos próximos passos desses processos e pressionar para impedir que mais direitos sejam retirados dos trabalhadores do campo.

# COMUNICAÇÃO



*Esta seção analisa o comportamento dos grandes grupos de comunicação em 2017, que se dedicaram a proteger o governo golpista atingido por denúncias de corrupção, fizeram propaganda enganosa sobre o pífio resultado da economia e em troca foram contemplados com aumento da verba publicitária federal. Também trata dos principais fatos que mobilizaram as redes sociais e da cobertura feita por veículos internacionais sobre temas da política brasileira, que vem perdendo espaço.*

## Grande mídia: o real motivo do apoio ao golpe

Em 2017, os grandes grupos de comunicação nacionais demonstraram com absoluta clareza os reais motivos pelos quais apoiaram o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Tão logo aprovado o impeachment, passaram a usar toda sorte de manipulação para defender o governo golpista, esconder da sociedade os efeitos nefastos de sua política econômica e apoiar as reformas que fazem retroceder mais de um século os direitos sociais no Brasil.

Este posicionamento é identificado em vários editoriais publicados ao longo do ano sobre alguns dos temas que pautaram a política nacional. Entre eles, a ideia de que os indicadores econômicos recentes demonstram a saída da recessão e sinalizam uma importante recuperação da economia, além de melhores condições de vida para o povo brasileiro, vem sendo recorrente em textos publicados pelos grandes grupos. Também a aprovação da Reforma da Previdência como único caminho de “salvar” as contas públicas e o enaltecimento da Reforma Tra-

balhista que entrou em vigor para geração de empregos tornou-se argumento comum.

A análise publicada no blog *Imprensa* no dia 6 de dezembro ilustra bem a artimanha do jornal *O Estado de São Paulo* para que o “pibinho” de Temer aparecesse como retomada do crescimento. À época do fim do primeiro mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff, o jornal noticiara “Dilma encerra mandato de quatro anos de ‘pibinho’”. No jornal, o resultado final do PIB de 2013, de 2,5%, era apresentado no diminutivo. O mesmo *Estadão*, contudo, noticiou que o “Governo já vê maior avanço do PIB em 2018 e 2019”. Na matéria recente, afirma que a expectativa de alta para o PIB - e não mais pibinho - deste ano passou de 0,73% para 0,89%.

Permeado por um arsenal de análises alvissareiras em relação ao desempenho da economia com o governo Temer, o *Estadão* também publicou, em 17 de outubro, o editorial “Pobres saem do sufoco”, uma análise que ignora o gravíssimo quadro social do Brasil pós-golpe: “As famílias de baixa renda,

geralmente as mais prejudicadas quando os preços disparam, estão sendo beneficiadas pelo recuo da inflação. Aos poucos, e ainda com muito cuidado, voltam a diversificar as despesas, buscando no comércio algo além do essencial para a sobrevivência. Com alimentos menos caros, sobra mais dinheiro para outros bens e serviços. Elevam-se, portanto, os padrões de consumo. Apesar disso, o normal ainda é reclamar da vida, como se nada tivesse melhorado, mas o movimento nos shoppings e outros indicadores mostram um ambiente de maior animação.”

Outros editoriais publicados recentemente reafirmam o compromisso dos grupos de comunicação com a defesa dos interesses da elite, como aquele publicado em 28 de agosto pela *Folha de S.Paulo*, com o título “Sanear o Estado”, que enaltece o projeto privatista do atual governo. “O plano de Michel Temer (PMDB) para desestatizar a economia é pleno de propósitos corretos - e tornou-se ainda mais ambicioso... Além de nova e extensa rodada de concessões de serviços à iniciativa privada, que inclui aeroportos como o de Congonhas, retoma-se a venda de estatais, da gigante Eletrobras à Casa da Moeda... Além de revigorar a minguante infraestrutura nacional, tais projetos levariam dinheiro para cofres federais vazios. Serviriam também de impulso para a ainda exígua recuperação econômica.”

Um texto emblemático em relação ao posicionamento da grande imprensa é o editorial do jornal *O Globo* publicado em 27 de outubro, que defende a Reforma da Previdência “sob o risco de o atual movimento de recuperação da economia terminar abortado por falta de perspectiva real de um reequilíbrio sustentado das contas públicas”. No mesmo texto, o jornal aproveita para atacar a iniciativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), de recomendar às categorias que descumpram a Reforma Trabalhista que entrou em vigor em novembro.

Levantamento publicado em 21 de maio pelo blog *O Cafezinho* ajuda a explicar o posicionamento dos grandes grupos. Segundo o texto, o governo golpista fez anúncios da ordem de 153,9 milhões de reais em doze meses, o que configurava, naquele período, um aumento de 21% sobre 2016. Os nú-

meros não consideram a publicidade das empresas estatais, responsáveis por cerca de dois terços da publicidade federal. O texto baseia-se em dados da Secretaria de Comunicação do governo federal (Secom). Assim como o governo “compra” apoio dos parlamentares para aprovar medidas impopulares, aumenta os gastos em publicidade para defendê-las perante a opinião pública.

### Redes sociais se consolidam na disputa ideológica

As redes sociais em 2017 não apenas se consolidaram como grande seara de disputa comunicacional e ideológica, mas também se mostraram um espelho cristalino do que é debatido fora de um contexto digital. As ferramentas de monitoramento se aperfeiçoaram tanto no presente ano que expressões como *Big Data*, algoritmos, *bots* e *ciborgs* já se tornaram naturais ao vocabulário de quem discute política nas plataformas on-line.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que os usuários e as plataformas vão se aprimorando no uso das redes sociais on-line, as ferramentas passam a possibilitar análises muito mais complexas e completas, como é o caso da morte do ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, em janeiro.

### A morte de Teori

Teori, como se sabe, não só foi vítima de um acidente aéreo em Paraty (RJ) como também de muitas teorias conspiratórias em torno de sua morte. No twitter, pudemos analisar que o volume de ocorrências superou com tranquilidade a marca de 250 mil, o que colocou seu nome [Teori] nas primeiras colocações entre os assuntos mais falados no mundo nos dias subsequentes à sua morte.

A análise do caso nas redes sociais on-line permitiu a visualização de três grupos distintos: dois deles já consolidados no embate político cotidiano, e; um agrupamento extraordinário que pouco participa das pautas políticas.

O agrupamento mais conservador e alinhado à direita do espectro político se organizou em torno da tentativa de ligar o caso tratado com a morte do ex-prefeito Celso Daniel, sugerindo que o PT, por

supostamente estar interessado no fim da Operação Lava Jato, estivesse envolvido de alguma maneira no acidente.

Este agrupamento conseguiu, em certa medida, pautar as discussões dos usuários que não costumam se envolver com política, sugerindo a replicação desta teoria conspiratória para não mais que um quinto dos usuários.

Já o campo progressista logrou êxito em relembrar o grampo no qual o senador do PMDB (MT), Romero Jucá, é gravado dizendo que era necessário “estancar a sangria”, sendo que Teori era o ministro com menor abertura para conversas nesse sentido. Além de Romero e do PMDB, o PSDB também sofreu ataques nesse sentido.

### Depoimento de Lula para Moro em Curitiba

O maior acontecimento em volume de menções na política brasileira se deu, porém, – para além do inusitado acidente do ministro do STF – quando o ex-presidente Lula visitou Curitiba e o juiz Sergio Moro.

Com mais de 850 mil menções durante o dia do depoimento, duas *hashtags* se digladiaram pela liderança do *trending topics* mundial, uma pela direita [#MoroOrgulhoBrasileiro] e outra pela esquerda [#MoroPersegueLula]. Como é de se esperar – resultado de um volume colossal de menções ao depoimento – agrupamentos costumeiramente avessos ao embate político nas redes participaram com bastante empenho deste episódio.

Para além das *hashtags* citadas, chamou atenção o volume de menções de outros termos que visitaram a lista de assuntos mais falados do dia.

Acusações à figura do ex-presidente e ataques frontais à reputação da já falecida companheira Marisa Leticia foram muito utilizados pelos grupos conservadores, enquanto, pelo campo progressista, a perseguição a Lula foi o mote central. No agrupamento cuja pauta foi regada a humor e sátiras, o *sex appeal* do ex-presidente foi ressaltado sob o seguinte contexto: “Se eu pudesse também seguraria um homem desses cinco horas conversando comigo!”, fazendo um paralelo ao longuíssimo depoimento de Lula.

TERMO MONITORADO	MENÇÕES CAPTURADAS
Lula	455.089
#LulaEuConfio	111.795
#MoroOrgulhoBrasileiro	148.946
#MoroPersegueLula	126.022
<b>TOTAL</b>	<b>841.842</b>

### O Brasil na imprensa internacional

Os jornais estrangeiros não têm um enorme interesse pelo que acontece na política brasileira. Aliás, esse interesse parece ser cada vez menor em função do papel do Brasil no cenário internacional, que se torna insignificante. O que atrai a atenção desses jornais são

as convulsões sociais – que já não acontecem mais – ou medidas políticas que sejam capazes de reverberar no mundo. O Brasil encaixa-se nesse segundo quesito.

Ao invés de se consolidar como uma grande economia e como um país avançado em termos de políticas sociais, tomou o caminho contrário. O governo gol-

pista de Michel Temer adotou medidas que favorecem, única e exclusivamente, o mercado financeiro especulativo: vendeu barato o que não tinha preço. Trata-se do pré-sal, das seguidas tentativas de entregar reservas minerais, da facilitação do avanço do agronegócio sobre as florestas, a diminuição da fiscalização que funcionava como única protetora de tribos indígenas isoladas na Amazônia.

Os ataques ao meio ambiente, às florestas e aos povos originários dessa terra foram noticiados pelo jornal inglês *The Guardian*, pelo francês *Le Monde* e pelo estadunidense *New York Times*. É evidente que esses jornais não denunciam que o Brasil esteja vendendo suas riquezas, e, sim, o retrocesso do país diante do caminho que a comunidade internacional vem decidindo tomar para diminuir a emissão de poluentes e criar mecanismos para reduzir o desmatamento e aumentar o respeito a todos os povos. O ataque às riquezas naturais do Brasil está bem longe de ser o único dos retrocessos.

Recentemente, o periódico francês *Libération* publicou a reportagem “Brasil: o novo laboratório do neoliberalismo”. O espanhol *El Mundo* também se referiu à agenda política como sendo neoliberal. Os dois veículos tratam da precarização da vida do cidadão brasileiro: salários mais baixos, contratos de trabalho precários, possibilidade de aumento da jornada diária, menos poder para negociar com os patrões e a diminuição veloz dos mecanismos de proteção social. Tudo isso faz com que o cidadão, fundamental para o funcionamento de qualquer empresa por ser a força de trabalho, torne-se algo quase descartável.

A criação dos contratos intermitentes é algo ainda mais nefasto. Os trabalhadores que forem submetidos a esse tipo de regime de trabalho não vão conseguir sequer ganhar um salário mínimo ao fim do mês, não vão ter dinheiro suficiente para contribuir com a Previdência. A tentativa de alterar as regras de fiscalização do trabalho análogo à escravidão foi outro tema bastante noticiado na Europa, principalmente.

Não foram feitas grandes críticas, mas o simples fato de ter sido noticiado já é significativo, porque, como já foi dito, não é qualquer fato que vale a publicação de reportagens pelos jornais estrangeiros.

Para o mundo, as notícias são de que o Brasil está colocando suas riquezas à venda em uma grande promoção e submetendo os seus cidadãos a condições de vida mais precárias. Há ainda outro ponto que nos últimos anos se tornou uma marca registrada quando o assunto é o Brasil e, em 2017, ganhou novos dobramentos: a corrupção. Os jornais franceses que costumam ser críticos e analíticos informaram sobre o custo da Operação Lava Jato. As notícias foram publicadas pelo *Libération* e pelo *Le Monde*. Esse último ainda publicou algumas outras reportagens sobre o assunto, sempre criticando a postura dos parlamentares que inacreditavelmente protegeram Aécio Neves e o presidente Michel Temer.

Todos os jornais costumam lembrar que mais de dois terços dos parlamentares são alvos da Justiça. Uma reportagem do *Le Monde* fala sobre uma expressão bem popular entre os brasileiros, a de que tudo “acaba em pizza”. O periódico lamenta que o povo brasileiro já esteja tão acostumado com casos polêmicos que, simplesmente, não chegam ao fim.

O mais interessante em acompanhar a cobertura que a imprensa internacional faz do Brasil é comparar com os jornais daqui. Evidentemente que como essa produção dos estrangeiros é menor, as reportagens produzidas por eles sempre são muito mais analíticas. Porém, fica claro que os jornais brasileiros não analisam nada e não geram reflexão alguma. A palavra “neoliberalismo” nem passa perto das páginas da imprensa brasileira, que informa mal o seu público, deixando-o sem referências e sem base para entender o que acontece na política e quais são as relações que determinam o funcionamento da economia no Brasil. É sempre triste dizer, mas a afirmação é necessária: os veículos tradicionais da imprensa brasileira são superficiais e não desejam investigar os problemas do país.

# MOVIMENTOS SOCIAIS



*A opinião pública e a capacidade estratégica de lidar com uma democracia falida indicam a impressão geral sobre os movimentos sociais em 2017. Aqueles que conseguiram resistir e vislumbrar um horizonte da construção de um projeto para o Brasil deram o tom das mobilizações neste ano. Dessa forma, cresce na sociedade a defesa pela construção de um modelo de Estado capaz de mudar o Brasil de novo.*

Se o jargão socialista nos impõe o pessimismo na análise e o otimismo na prática, como ficamos quando, na verdade, a análise é a própria prática? Respondermos com a estratégia utilizada nesse período: debater narrativas. Afirmamos em diversas circunstâncias e reafirmamos nesse balanço: a forma como as pessoas contam as histórias dos processos de mobilização é fundamental para atestar o quão bem sucedido ou não ele foi.

É simples, o Brasil vive de recordações saudosas e orgulhosas de grandes processos de mobilização, como as Diretas Já e os caras-pintadas. Curiosamente, no entanto, não apontam com orgulho e saudosismo as manifestações amarelas da Avenida Paulista convocadas pela TV Globo.

E isso acontece por uma constatação muito simples: manifestação no Brasil é boa e dá resultado quando a maior parte das pessoas acorda em tratar o processo dessa forma. Quando há divergência política, não se conta a mesma história e aí o processo, da dúvida, vira um fracasso.

Em outras palavras, a grande maioria das pessoas aceita a ideia das Diretas Já ou de defender o Brasil.

Mas não é a grande maioria das pessoas que aceita o processo da aliança Globo e classe média-alta vestida de Confederação Brasileira de Futebol (CBF) nem um processo de paralisação generalizada da classe trabalhadora.

E essa diferença de projeção posterior do resultado dos processos de mobilização é o que marca o ano de 2017, embora não tenham sido transmitidos nos meios de comunicação. O Brasil assistiu, em boa parte calado e fingindo que não estava acontecendo, ao renascimento de um processo de resistência democrática e mobilização popular poucas vezes tão consistente.

Mas porque, ora por ingenuidade ora por má fé, boa parte das pessoas não trata dessa forma, parece que o país está num marasmo imobilizador, especialmente num momento de ruptura democrática. Falso. Veremos.

## Lula e o Brasil Que o Povo Quer

Um golpe de Estado só tem êxito completo quando ele consegue derrubar a imagem e a repercussão projetada por seus opositores. Nesse sentido, Lula é a maior prova do fracasso dessa intentona liberal de quinta categoria.

Isso porque a grande resposta da opinião pública ao processo golpista é, nesse momento, a enorme tendência de uma vitória de Lula em primeiro turno em 2018. Ao analisarmos as caravanas de Lula pelo Brasil podemos perceber que cresce um sentimento de recomposição política popular.

O próprio presidente já afirmou, em diferentes circunstâncias, que “o Lula não é uma pessoa, que o Lula é uma ideia”. E a ideia-força dessa recomposição popular parece passar por um sentimento de construção de condições e de escuta e diálogo, muito diálogo.

O movimento social chamado Lula é o que constitui o melhor potencial agregador desse sentimento e dessa prática. Foi isso o que mostraram as caravanas do Nordeste, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro/Espírito Santo. O processo de suporte popular em defesa de Lula (basta recordar do dia do primeiro depoimento, o dia que o povo parou Curitiba) gerou o acúmulo necessário para uma nova empreitada de esperança e contato com o povo, proporcionada pelas caravanas.

Por outro lado, o próprio PT consolidou seu processo de escolha interna de direção e com ele reposicionou o partido na disputa nacional. Parte substancial da esquerda brasileira deu início a importantes iniciativas de discussão de um projeto para o Brasil. É o exemplo da iniciativa “Brasil Que o Povo Quer”, da Fundação Perseu Abramo e do PT, lançada em 2017.

Em seus diversos lançamentos, estado por estado, o “Brasil Que o Povo Quer” parece apontar uma conexão nova, eficiente e popular com as necessidades básicas do país, mas também reflete um contexto geral de que é preciso repensar o Estado brasileiro.

### As classes trabalhadoras

Em 2017, assistiu-se à maior greve geral da história do Brasil e à construção da maior ocupação liderada pelo MTST em sua trajetória. São números que dizem isso, não narrativas. O que convence do contrário é a grande mídia golpista.

As mobilizações de CUT e MTST marcam um novo processo da resistência democrática e dão a esses movimentos o protagonismo das organizações em

defesa do interesse dos trabalhadores. Ambas guardam uma característica de radicalização política com capacidade de diálogo com as bases e intensidade de seus movimentos.

Valendo-se das relações em frentes populares (Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo) com diversas instituições, essas reações dão o tom da luta contra o golpe, apesar dos inúmeros retrocessos impostos pelo governo ilegítimo.

O que ocorre com esses movimentos, no entanto, é uma enorme dificuldade imposta pelas mídias tradicionais, que vendem uma falaciosa conjuntura de imobilidade popular. Um bom exemplo desse caso foi a decisão da CUT de não dialogar com os golpistas na tentativa fracassada das outras centrais de tentar negociar uma alternativa para o financiamento sindical, em contraposição a uma reação forte contra as reformas.

A imprensa, por seu lado, anunciou que “as centrais sindicais” possuem a estratégia central de negociar com o governo golpista uma saída para a contribuição sindical. Boa parte da repercussão disso, inclusive entre setores progressistas, aparece no mesmo sentido de enfraquecer a mobilização da CUT tratando da questão financeira.

Esse contexto prova mais uma vez que a escolha de narrativa e a sua disputa é fundamental para a “sensação de sucesso” desses movimentos. Paradoxalmente, a opinião pública caminha para o resultado dos processos de mobilização, atestando o interesse popular por um Estado indutor de um modelo de desenvolvimento que diminua desigualdades.

Em um momento de severas dificuldades políticas e estruturais, MTST e CUT apresentam um roteiro de solução nacional não desejado pela elite. E qualquer reação no efeito da imobilidade é parte da construção de uma tática golpista muitas vezes absorvida por setores da própria esquerda.

Assim, cabe, na análise de narrativa, a compreensão de que o sucesso dos movimentos sociais depende da forma como contamos essa história. Suas identidades e construções históricas seguem sólidas e capazes de convencer.



F U N D A Ç Ã O

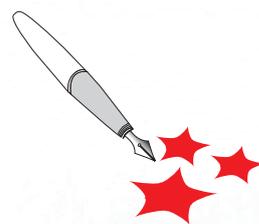
Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

## EXPEDIENTE

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo P.F. Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 11 de dezembro de 2017.

BOLETIM DE  
ANÁLISE DA  
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091  
Vila Mariana - São Paulo - SP

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)